

ASSIGNATURAS

Por um anno	10\$000
Por seis mezes	5\$600
Por tres mezes	3\$000
Avulso por folha	\$040
Anuncios, por linha	\$060

A correspondência official da capital de Lisboa, na imprensa nacional, onde igualmente se deve remetter, franca de porte, a correspondência das provincias, assim como os periodicos que trocarem com o *Diario de Lisboa*.

Anunciam-se todas as publicações litterarias, de que se receberem dois exemplares.

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

PARTE OFFICIAL

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO CIVIL
3.ª Repartição—1.ª Secção

Tomando em consideração o que me foi representado pela camara municipal de Gouveia sobre os inconvenientes e prejuizos que têm resultado aos povos do seu concelho de serem julgadas no juizo de policia municipal ou transgressões de posturas; e pedindo que seja revogado o decreto de 15 de maio de 1854, que transferiu dos juizes eleitos para o juizo correccional e julgamento das ditas causas; e attendendo á informação documentada do governador civil do districto da Guarda, que confirma as razões de utilidade publica e municipal adduzidas pela camara supplicante: hei por bem, usando da faculdade concedida ao governo pela lei de 18 de abril do anno proximo passado, revogar o citado decreto de 15 de maio de 1854 na parte relativa ao concelho de Gouveia, a fim de que nas freguezias que o compõem reverta para os respectivos juizes eleitos o processo e julgamento das causas de coimas, policia municipal ou transgressões de posturas.

Os ministros e secretarios d'estado dos negocios

Relação n.º 945, com referencia ao districto de Lisboa, dos titulos de renda vitalicia que se remetem pela terceira repartição da direcção geral da contabilidade do ministerio da fazenda ao delegado do thesouro no dito districto, a fim de serem entregues ás interessadas, em conformidade das respectivas instrucções, por isso que têm de ser pagos pelo respectivo cofre central

NUMEROS DOS TITULOS		REFERENCIA AO ASSENTAMENTO GERAL QUE EXISTE NA REFERIDA DIRECÇÃO		VENCIAMENTO LIQUIDO A QUE TEM DIREITO		OBSERVAÇÕES
DOS QUE TÊM CONSIDERAÇÃO ESPECIAL DE PAGAMENTO	DOS QUE NÃO TÊM ESSA CONSIDERAÇÃO	TITULO DO LIVRO	SEU NUMERO	NOMES DAS AGRAÇIADAS	CLASSES INACTIVAS A QUE FICAM PERTENCENDO	
11851	—	Pensões	88	Maria José de Moraes Lamare (D.)	Pens. de consideração	162\$000
11852	—	—	—	Maria Marcellina Cró Ferrer (D.)	Idem	480\$000
11853	—	—	—	Maria da Soledade de Araújo Sequeira (D.)	Pens. de monte pio	110\$196
						13\$500
						40\$000
						9\$183

Terceira repartição da direcção geral da contabilidade, em 11 de maio de 1860.—Pelo chefe effectivo, Luciano Thomás de Faria Aguiar.

DIRECÇÃO GERAL DOS PROPRIOS NACIONAES

VENDA DE BENS NACIONAES

NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,
COM APPLICAÇÃO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos se annuncia que vão andar em praça as propriedades constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematação no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer; devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de trinta dias, pela forma seguinte: metade em moeda corrente e metade em titulos de dívida fundida interna ou externa, pelo seu valor nominal, nos termos do referido decreto de 21 de outubro e de 18 de dezembro de 1852, que reduziu a 3% o juro de toda a dívida fundida; sendo porém livre aos arrematantes pagar em prestações e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5%, conforme o artigo 7.º do mesmo decreto; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça a que as propriedades serão levadas; bem como prohibidos de lançar nellas: tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1837 e mais disposições posteriores.

Lista 1245-A

ARREMATACÃO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL DO DISTRICTO ABAIXO DECLARADO

NO DIA 11 DE JULHO DE 1860

Primeira forma
Artigo 6.º do decreto de 29 de dezembro de 1846
DISTRICTO DO FUNCHAL
CONCELHO DE MACHICO

Bens que foram do padre Manuel José da Paixão

27950 Uma porção de terra baldia, no sitio dos Landeiros, que confronta pelo norte com Joaquim Carlos de Mendonça, sul com Joaquim de Vasconcellos, leste com o caminho do Seradinho, e oeste com herdeiros de Paulo José Fernandes Pimenta, alqueirada em tres quartas, da qual é colono Joaquim de Vasconcellos—8\$000.

27951 Uma porção de terra baldia, no sitio dos Landeiros, que confronta pelo norte com o caminho da Corrida, sul com Antonio de Freitas Spino-la, leste com José Joaquim de Vasconcellos, e oeste com os proprios nacionaes, alqueirada em quarta e meia, e da qual é colono Joaquim de Vasconcellos—2\$500.

27952 Uma porção de terra de semeadura, no sitio dos Landeiros, que confronta pelo norte com o caminho do Lombo da Corrida, sul com Francisco José de Brito, leste com Joaquim de Vasconcellos e outros, e oeste com herdeiros de Sebastião Leal, alqueirada em uma maquia, e da qual é colono Joaquim de Vasconcellos—5\$000.

27953 Uma porção de terra de baldeiras, no sitio dos Landeiros, que confronta pelo norte com o caminho da Corrida, sul com Joaquim de Vasconcellos, leste com herdeiros de Sebastião Leal, e oeste com D. Maria do Monte Moniz, alqueirada em dois alqueires, e da qual é colono Joaquim de Vasconcellos—14\$000.

27954 Uma porção de terra baldia, no sitio dos Landeiros, que confronta pelo norte com o caminho da Corrida, sul com Francisco José de Brito, leste e oeste com herdeiros de Sebastião Leal, alqueirada em meia quarta, e da qual é colono Joaquim de Vasconcellos—2\$000.

27955 Uma porção de terra baldia, no sitio dos Landeiros: confronta pelo norte com Francisco Gomes Banana, sul com herdeiros do major Mesquita, leste com herdeiros de Sebastião Leal, e oeste com Joaquim de Vasconcellos, alqueirada em

do reino, e dos negocios ecclesiasticos e de justiça, assim o tenham entendido e façam executar. Paço das Necessidades, em 1 de maio de 1860.—REI.
—Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello—
João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS E DE JUSTIÇA

DIRECÇÃO GERAL DOS NEGOCIOS ECCLESIASTICOS

2.ª Repartição

Foi presente a Sua Magestade El-Rei a conta do reverendo arcebispo primaz de Braga, datada de 21 de abril proximo findo, com a qual fez subir por esta secretaria d'estado o ultimo dos dezoito inventarios de conventos de religiosos, sitos no territorio da metropole a que preside; expondo que assim ficam plenamente cumpridas as regias resoluções, quanto á organização dos ditos inventarios, em cujos trabalhos se mostraram solícitos e diligentes as pessoas ecclesiasticas, por elle reverendo arcebispo incumbidas de dirigilos: Sua Magestade houve por bem resolver, que se communique ao reverendo arcebispo primaz de Braga, que lhe foi muito agradável o empenho com que o mesmo prelado procedeu, na parte competente, para que as reaes determinações para a feitura d'aquelles inventarios fossem exactamente cumpridas, como é proprio de seu muito illustrado zelo. O que se lhe participa para sua intelligencia e satisfação.

Paço das Necessidades, em 4 de maio de 1860.
—João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Martins.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECÇÃO GERAL DA CONTABILIDADE

2.ª Repartição

Annuncia-se, em observancia da carta de lei de 24 de agosto de 1848, haverem requerido Maria Rosa Benedicta Telles, e seus filhos, o pagamento dos vencimentos que se ficaram devendo a seu finado marido e pae Mathias José Telles da Silva, na qualidade de continuo da alfandega municipal de Lisboa, a fim de que qualquer pessoa, que se julgar com melhor direito aos ditos vencimentos ou a parte d'elles, requiera por esta repartição dentro do prazo de sessenta dias, contados da publicação do presente annuncio, findo o qual será resolvida a mencionada pretensão.

Segunda repartição da direcção geral da contabilidade, 10 de maio de 1860.—Sebastião José Pedrosa.

DIRECÇÃO GERAL DA TESOUREARIA

Em continuação do annuncio inserto no *Diario de Lisboa* n.º 97, publica-se que se expediram as ordens necessarias para o pagamento, no dia 14 do corrente, dos vencimentos do mez de abril de 1860 das seguintes classes:

Armada nacional e extincta brigada
Conselho de saude
Alfandega grande de Lisboa
Alfandega municipal de Lisboa
Juizes de direito e delegados
Consul em Tanger
Administração geral do pescadão.

Direcção geral da thesouraria do ministerio da fazenda, em 11 de maio de 1860.—Joaquim José do Nascimento Lupi.

gimento de infantaria n.º 2, condemnado a um anno de prisão pelo crime de primeira deserção aggravada; perdoado, em attenção ao tempo que tem estado preso.

Adão Jacinto, soldado do regimento de infantaria n.º 9, condemnado a trabalhos publicos por toda a vida na Africa occidental, pelos crimes de primeira deserção aggravada, tentativa de fuga com arrombamento de cadeia, e de roubo; commutada a pena em 12 annos de degresso sem trabalhos, em attenção ao tempo que tem estado preso.

Luiz Antonio, soldado do dito regimento de infantaria n.º 9, condemnado a trabalhos publicos por toda a vida na Africa occidental, pelo crime de roubo com a circumstancia de ser committido com arrombamento; commutada a pena em 15 annos dos mesmos trabalhos, em attenção ao tempo que se acha preso.

José Marques Ferrão, o Caserneiro, soldado do regimento de infantaria n.º 12, condemnado a trabalhos publicos por toda a vida na Africa occidental, pelo crime de roubo, acompanhado da circumstancia de ferimento na pessoa do roubado; commutada a pena em 15 annos dos mesmos trabalhos, em attenção ás irregularidades do processo.

João da Conceição, soldado do regimento de infantaria n.º 16, condemnado a ir servir por tempo de quatro annos e seis mezes nos estados da India, pelo crime de deserção aggravada; perdoado, em attenção ao tempo de prisão que tem soffrido, e á circumstancia da sua voluntaria apresentação.

José Maria, soldado do regimento de infantaria n.º 17, condemnado em um anno de trabalhos publicos, pelo crime de segunda deserção simples; commutada a pena em um anno de serviço em Angola ou Macau.

Secretaria d'estado dos negocios da guerra, em 10 de maio de 1860.—Visconde da Luz.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA MARINHA E ULTRAMAR

DESPACHOS QUE TIVERAM LOGAR POR DECRETOS DAS SEGUINTEZ DATAS

4.ª Direcção—1.ª Repartição

Maio 9 Damião Antonio Contreiras, capitão de fragata da armada—exonerado do logar de vice-commandante da companhia de guardas marinhas, e nomeado promotor do supremo conselho de justiça militar na secção de marinha.
Miguel Antonio Ferreira de Freitas, e Luiz Antonio Theodoro, guardas marinhas—despachados segundos tenentes da armada.

2.ª Direcção—1.ª Repartição

8 Joaquim das Neves Rebello Videira, egresso da extincta corporação dos eremitas calçados de Santo Agostinho—agraciado com as honras de conego da sé cathedral de Loanda.

9 Antonio Xavier de Sá—demittido do emprego de official da secretaria do governo da provincia de S. Thomé e Príncipe, declarando-se sem effeito o decreto que o transferia para secretario do governo da ilha do Príncipe.

2.ª Repartição

10 Pedro Carlos Felner, primeiro sargento do regimento de infantaria n.º 11; Antonio Nunes Ribeiro, primeiro sargento do regimento de cavallaria n.º 4; Francisco Tavares de Almeida Junior, primeiro sargento do batalhão de caçadores n.º 1; e Alfredo Carlos Barbosa, primeiro sargento do batalhão de caçadores n.º 2—despachados alferes para a provincia de Angola.

MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECÇÃO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa do movimento dos cereaes, e seus preços, em maio de 1860, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.	Mols	Alq.
Dia 2.ª	—	—	—	—	20	—	—	—	13	30
(Entrada)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(Saída)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Existencia	19,682	26	690	—	851	50	566	11	432	45
Dia 3.ª	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(Entrada)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(Saída)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Existencia	19,442	26	692	20	991	51	566	11	435	47
Dia 4.ª	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(Entrada)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
(Saída)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Existencia	19,206	48	641	32	941	7	566	11	434	10
Preços	620 a 780		360 a 410		440 a 480		—		—	

Repartição de agricultura, em 10 de maio de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

Repartição do commercio e industria

Resumo do activo e passivo do banco de Portugal em 30 de abril de 1860

ACTIVO	
Dinheiro nas caixas e nas agencias—papel 317,739\$600	2,228,954\$888
Letras descontadas, tomadas, e transferencias de fundos	3,976,801\$958
Empréstimos sobre penhores	2,140,458\$374
Empréstimo de 500,000\$000 para estradas (contrato de 26 de março de 1855)	2,336,835\$967
Empréstimo de 500,000\$000 para estradas	262,500\$000
Titulos de dívida fundada	545,567\$000
Ações do banco e companhias	235,672\$500
Creditos sobre diversos	807,133\$450
Movéis e machinas	6,153\$092
Effeitos depositados	5,171,246\$713
Gastos e varios encargos a passar para ganhos e perdas	10,731\$954
Liquidações	691,481\$589
	18,413,493\$375

PASSIVO

Capital	8,000,000\$000
Notas do banco de Portugal em circulação	1,831,012\$000
Depósitos—papel 257,870\$000	2,630,639\$781
Credores de effeitos depositados	5,171,246\$713
Transferencias de fundos	3,976,801\$958
Notas do banco de Lisboa por sellar	14,302\$800
Debitos a diversos	597,647\$876
Dividendos por pagar	63,864\$750
Varios juros e lucros a passar para ganhos e perdas	101,395\$872
	18,413,493\$375

Banco de Portugal, em 8 de maio de 1860.—Os directores, João Ribeiro Franco—José Ricca.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 10 de maio de 1860.—João Pálha de Faria Lacerda.

Resumo do activo e passivo do banco commercial do Porto, em 30 de abril de 1860

ACTIVO	
Existencia em cofre em metal	484,454\$336
Letras descontadas a receber	680,735\$883
Empréstimo sobre diversos penhores	181,920\$000
Empréstimo ao governo para nova alfandega	6,780\$500
Ações d'este banco (emito ao banco)	330,316\$472
Titulos de dívida publica (valor do balanço)	6,778\$270
Gastos e varios encargos a passar para ganhos e perdas	23,907\$385
Liquidações	358,778\$439
Creditos diversos	67,855\$000
Empréstimo forçado á junta do Porto em 1847	70,145\$000
Custo actual do edificio do banco, machinas, movéis, etc.	25,101\$870
	2,234,408\$155

PASSIVO

Capital actual do banco	1,337,400\$000
Diversos depositantes	379,378\$651
Diversos depositantes	403,580\$000
Notas em circulação	9,222\$250
Dividendos a pagar	70,145\$000
Fundo de reserva	34,682\$254
Lucros e perdas	2,234,408\$155

Banco commercial do Porto, 1 de maio de 1860.—Os directores, Baltazar José Martins, Jeronymo de Sousa Guimarães.

Está conforme.—Repartição do commercio e industria, em 11 de maio de 1860.—João Pálha de Faria Lacerda.

TRIBUNAL DE CONTAS

No processo de julgamento da conta da responsabilidade da camara municipal do concelho de Espozende, no anno economico de 1852-1853, se proferiu no tribunal de contas o acórdão do teor seguinte:

Acordam os do conselho na 1.ª secção do tribunal de contas: que visto o organograma a fl. 5, approvado pelo conselho de districto, se mostra que a receita da camara municipal de Espozende, no anno economico de 1852-1853, fora de 2,289\$500 réis; e que, na conformidade do § 2.º do artigo 11.º do decreto de 26 de agosto ultimo, não pertence a este tribunal o julgamento d'esta conta, devendo ser remittido o processo ao governador civil de Braga, para o fazer julgar pelo conselho de districto.

Tribunal de contas, 10 de abril de 1860.—Sampai, relator—Lobo—Paiva Pereira—Correia Caldeira.—Fui presente, Blanc.

Está conforme.—Secretaria do tribunal de contas, 23 de abril de 1860.—Custodio Francisco Pereira Garcez.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

Tendo requerido á mesa da santa casa da misericórdia d'esta corte D. Maria Theodora Morley lhe mandasse pagar 51\$443 réis, que suas primas deixaram vencidos, como visitadas d'esta santa casa, até aos dias dos seus fallecimentos; a saber: Maria Barbara de S. José 26\$728 réis até 20 de novembro de 1858 em que falleceu, e 24\$715 de Angela Victoria de Couto até 25 de dezembro de 1858 em que tambem falleceu, e isto como unica herdeira das referidas suas primas, sem apresentar habilitação em forma legal; assim se annuncia em virtude da carta de lei de 26 de agosto de 1848, para que toda a pessoa que se julgar com igual ou melhor direito á dita quantia, ou parte d'ella, o venha reclamar no prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este annuncio no *Diario de Lisboa*, findo o qual será a pretensão tomada na consideração que merecer.

Tendo requerido á mesa da santa casa da misericórdia d'esta corte D. Maria Theodora Morley lhe mandasse pagar 51\$443 réis, que suas primas deixaram vencidos, como visitadas d'esta santa casa, até aos dias dos seus fallecimentos; a saber: Maria Barbara de S. José 26\$728 réis até 20 de novembro de 1858 em que falleceu, e 24\$715 de Angela Victoria de Couto até 25 de dezembro de 1858 em que tambem falleceu, e isto como unica herdeira das referidas suas primas, sem apresentar habilitação em forma legal; assim se annuncia em virtude da carta de lei de 26 de agosto de 1848, para que toda a pessoa que se julgar com igual ou melhor direito á dita quantia, ou parte d'ella, o venha reclamar no prazo de sessenta dias, contados da publicação d'este annuncio no *Diario de Lisboa*, findo o qual será a pretensão tomada na consideração que merecer.

Santa casa da misericórdia de Lisboa, 10 de maio de 1860.—O official maior, Antonio Izidoro de Almeida.

CASA PIA DE LISBOA

A administração da casa pia de Lisboa manda publicar a taxa das gratificações, que estão marcadas no programma do corrente anno, para os mestres de officinas ou fabricas, ou donos de lojas, que desejarem tomar aprendizos ou caixeiros do entre os alumnos da casa pia, que estão nas circunstancias de receber aquelle destino.

As ditas gratificações são de tres classes: 20\$000 réis, 25\$000 réis, 30\$000 réis. Serão fixadas segundo as circunstancias do alumno, e a natureza do aprendizado a que elle se destinar, e pagas no fim do primeiro anno do aprendizado.

No fim do segundo anno do aprendizado pagar-se-ha metade das gratificações, que se houver fixado para o primeiro anno d'elle.

Os alumnos levam tambem o seu futo, e a roupa do seu uso, e em certos casos cama.

As pessoas, que desejarem quaesquer outros esclarecimentos a este respeito, poderão dirigir-se ao director da casa pia, que l'hes poderá prestar.

A administração julga que o conhecimento d'estas circunstancias, junto ao que pelos annuncios anteriores já tem levado ao conhecimento do publico com a verdade e a franqueza com que se lhe deve fallar sempre, continuará a promover a saída dos orphãos d'esta casa, tão necessaria para se ultimar a execução das disposições reclamadas para a salubridade d'ella, e tão util por este modo, que dá aos alumnos um destino conveniente.

Belem, 10 de maio de 1860.—O director, Francisco de Paula Heitz.

ESCOLA POLYTECHNICA

Pela direcção da escola polytechnica se annuncia que as lições do curso de metallurgia hão de começar no dia 19 do corrente.

Todos aquelles que pretenderem frequentar o referido curso deverão abrir matricula até aquelle dia.

INTENDENCIA DAS OBRAS PUBLICAS DO DISTRITO DE LISBOA

A intendencia das obras publicas do districto de Lisboa pretende vender por arrematação os objectos provenientes do desmancho da antiga casa da guarda da moeda; as pessoas a quem convier a dita arrematação podem comparecer na intendencia no dia 15 do corrente, pelo meio dia.

Lisboa, 10 de maio de 1860.—O contador interno, Antonio Fernandes Leal Junior.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE MARINHA

Tendo sido julgadas pouco explicitas as propostas apresentadas ao conselho de administração de marinha, em concorrência publica, para o fornecimento da carne de vacca salgada nacional para consumo das tripulações dos navios da armada, de novo se põe a concurso pelo espaço de quarenta e cinco dias, a contar da data da publicação do presente annuncio no *Diário de Lisboa*, o dito fornecimento debaixo das seguintes condições:

1.ª Que a vacca será exclusivamente de primeira qualidade, de gado gordo e são, e salgada pelo processo que usam os inglezes.

ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO CORREIO DE VIZEU

Mappa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Vizeu, no mez de abril de 1860

DESIGNAÇÃO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTRADAS	
	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	CARTAS	JORNAL E IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE VIZEU						
De posta interna.....	2	—	—	—	—	—
Do reino e ilhas.....	9.762	15.250	406	235	1.727	48
De Hespanha.....	—	—	92	14	—	—
D'alem dos Pyreneos.....	—	—	8	16	—	—
Das provincias ultramarinas.....	—	—	47	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios.....	—	—	20	—	—	—
Do Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	2	3	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Do portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	289	4	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAISES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas.....	9.174	5.063	552	32	1.448	29
Para Hespanha.....	—	—	86	—	—	—
Para alem dos Pyreneos.....	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas.....	—	—	—	—	—	—
Para o Brazil, por navios.....	183	5	—	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos.....	—	—	41	13	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes.....	—	—	—	—	—	—
	19.121	20.318	1.543	317	3.175	77
No mez de abril de 1859 o movimento da correspondencia foi de	19.682	17.510	1.608	355	3.056	45

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Vizeu, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Vizeu, em 1 de maio de 1860.—O administrador, José Bernardino de Abreu Gouveia.

PARTE NÃO OFFICIAL

CORTES

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 11 DE MAIO

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Sendo um quarto depois do meio dia, verifica-se, pela chamada, estarem presentes 61 srs. deputados.

O sr. Presidente.—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações:

1.ª Do sr. Cancellia, de que não pôde comparecer a sessão de hontem por legitimo impedimento.—Inteirada.

2.ª Do sr. Thiago Horta, de que o sr. Braamcamp não pôde comparecer a sessão de hoje por motivo justificado.—Inteirada.

3.ª Do sr. Ferraz de Miranda, de que não pôde comparecer às sessões de 8 e 9 por motivo justificado.—Inteirada.

CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio do reino, acompanhando a acta e todos os mais papeis concernentes a eleição de um deputado ás cortes, a que se procedeu no circulo de Barlavento da provincia de Cabo Verde.—A comissão de poderes.

2.º Do ministerio das obras publicas, acompanhando a nota das alterações no orçamento da despesa do ministerio das obras publicas para o anno de 1860-1861.—A comissão de fazenda.

3.º Do ministerio da justiça, acompanhando a nota pedida pelos srs. visconde de Portocarrero, e Jacome Correia, das causas julgadas pela relação dos Açores nos annos de 1857, 1858 e 1859.—Para a secretaria.

4.º Do mesmo ministerio, acompanhando os esclarecimentos pedidos pelo sr. D. José de Alarcão, acerca da epocha em que se celebraram as audiencias geraes nas comarcas da ilha de S. Miguel, o numero das causas, e por quem julgadas.—Para a secretaria.

5.º Do ministerio da marinha, dando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Luiz Albano, acerca do

2.ª Que cada barril deverá conter seis arrobas liquidas de vacca salgada.

3.ª Que a vacca salgada será sujeita a aprovação do conselho de saúde naval no acto da recepção no arsenal; e, quando for rejeitada, deverá ser substituída immediatamente pelo fornecedor.

4.ª Que será entregue ao arsenal pelo fornecedor, livre de todas as despesas para a fazenda.

5.ª Que os barris terão todos as mesmas dimensões, e deverão ser de boa madeira, e ter a necessaria arcaria de ferro e grossura de aduella, para poderem supportar o peso dos outros barris na armadura a bordo.

6.ª Que o fornecedor será prevenido com a antecedencia de sessenta dias para a entrega de qualquer partida de vacca salgada.

7.ª Que o tempo da duração do contrato não poderá exceder tres annos.

8.ª Que o pagamento de toda a partida, que não exceder cincoenta barris, será feito a trinta dias da data da entrega, e, quando exceder, a trinta e sessenta dias.

9.ª Que quando o fornecedor faltar á execução do contrato pagará uma multa para a fazenda.

10.ª Que o contrato só poderá ser rescindido pelo governo, quando o fornecedor faltar ás estipulações d'elle.

As pessoas a quem convier o dito fornecimento mandarão as suas propostas em cartas fechadas á secretaria do referido conselho até ao ultimo dia do mencionado prazo, a fim de que no immediato, á uma hora da tarde, em acto publico, sejam abertas as mesmas propostas, e resolvido o que mais convier aos interesses da fazenda.

O conselho de administração de marinha precisa comprar uma porção de barris de vacca salgada, para consumo das guarnições dos navios da armada. As pessoas que quizerem fazer a venda do dito genero queiram apresentar as suas propostas na secretaria do referido conselho até ás tres horas do dia 14 do corrente.

O conselho de administração de marinha, no dia 14 do corrente, na sala das suas sessões, pelo meio dia, ha de comprar em hasta publica 100 colchões e travesseiros de lã, para consumo da armada.

O conselho de administração de marinha ha de pôr de novo em hasta publica, no dia 15 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, a compra de uma porção de lagedo para uma rampa no arsenal da marinha.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 11 de maio de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

CORPO DOS GUARDAS BARREIRAS

O commandante do corpo dos guardas barreiras de Lisboa faz publico que, a 12 de março ultimo, falleceu no hospital da marinha o guarda barreira n.º 7, Manuel José Pereira Oliva; a fim de que seus herdeiros, se por ventura os houver, possam requerer o que lhes convier.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Quartel no palacio do Malheiros, 10 de maio de 1860.—Antonio Francisco Coelho, tenente, commandante.

Villa da Praia da ilha Graciosa, e do Topo da do S. Jorge, nota que a supressão decretada d'aquelles concelhos, se se tivesse levado a effeito, causaria graves transtornos aos habitantes d'aquellas localidades, e a administração do districto em geral, que os cavalheiros que têm servido do governador civil no referido districto os srs. Nicolau Anastacio do Bittencourt, Florencio José da Silva Junior, Cassiano Sepulveda Teixeira, e ultimamente o sr. Silva Leal, não deram cumprimento ao decreto, fazendo ver ao governo as razões que havia para assim proceder.

O governo sancionou com a sua approvação o que estes cavalheiros tinham praticado, e tanto assim que nos concelhos conserva os administradores respectivos, e mandou proceder á eleição das camaras municipaes.

A vista, pois, d'isto entende que o projecto de ver a quanto antes ser convertido em lei, não só pelas razões assás fortes, que elle orador, apresenta no relatório que o precedem, que são talvez as que tinham levado o governo, e os governadores civis a fazerem o que, elle orador, acaba de referir, mas para não se autorisar por mais tempo a irregularidade que se está dando de uma lei, que não pôde ser executada, ordenar uma cousa, e as autoridades fazerem outra, ainda que com a mais justificada de todas as causas, o bem-estar dos povos confiados á sua administração.

O sr. Cabral Noronha:—manda para a mesa um projecto de lei tendente a alterar a lei do recrutamento.

É levado no seu proceder pelo descontentamento que tem causado em todo o paiz a lei de 27 de julho de 1855.

Não tinha a vaidade de suppor que o seu projecto eliminasse todos os inconvenientes, mas mantém a intima convicção de que elle pôde, pelo menos, ser o incentivo para se fazer alguma cousa sobre a materia sujeita (apoiados).

As leis de julho de 1855 e de 1859, eram injustificaveis em face de cincoenta e uma portarias expedidas sobre a sua interpretação, que de per si só mostram a necessidade de alguma providencia a este respeito; e está convencido de que a camara fará justiça ás suas intenções, dispensando-se de anticipar a discussão do parecer que a comissão der sobre o projecto; reservando-se para n'essa occasião sustentar as suas idéas sobre a materia sujeita.

O sr. Telles de Vasconcellos:—manda para a mesa a seguinte proposta, cuja urgencia pede:

«Propomos que seja nomeada pela mesa uma comissão de sete membros, para dar com brevidade um parecer sobre o projecto do sr. deputado Joaquim Cabral com relação ao recrutamento.»—Telles de Vasconcellos.—Visconde de Pindella.—José Joaquim Figueiredo de Faria.—Azevedo Pinto.—Bento de Freitas Soares.—Domingos de Barros Teixeira da Motta.—Santos Lessa.

É approvada a urgencia, e entra em discussão.

O sr. Camara Leme:—entende que é desnecessario nomear uma comissão especial para tratar d'este objecto, visto existirem as commissões de guerra e administração publica, a quem compete o seu exame.

O sr. Telles de Vasconcellos:—a sua intenção quando apresentou a proposta, não foi fazer offensa nem á comissão de guerra nem á de administração publica; mas tendo ellas a seu cargo projectos muito importantes, não lhe será possível dar com toda a brevidade um parecer sobre o projecto, vista a gravidade do assumpto.

O sr. Thiago Horta:—é membro da comissão de guerra, no entanto vota pela proposta, não porque a comissão se queira eximir ao trabalho, mas porque se acha sobrecarregada de assumptos igualmente importantes.

O sr. Moraes Carvalho:—não votou pela urgencia da proposta, porque queria primeiramente saber qual era o alcance do projecto, mas visto esta votada a urgencia, declara que approva a proposta, porque não se faz offensa a qualquer comissão existente, em se nomear uma comissão especial para qualquer objecto. Portanto move a mesa a comissão que julgar conveniente, de ella o seu parecer, porque os membros das commissões de guerra e de administração publica não podem ver nisto o menor desaire, e pelo contrario estão promptos a auxiliar a comissão especial, quando se tratar da discussão do projecto.

O sr. Thomaz de Carvalho:—o objecto sobre que versa a proposta é assás importante, mas pertence especialmente á comissão de administração publica, podendo ser ouvida a de guerra; ora nomeando-se uma comissão especial como se requer, hão d'ella fazer parte individuos de uma e outra, resultando d'ahi, que estando estas commissões já muito sobrecarregadas de trabalhos, muito mais o ficam com este novo encargo, que vai pesar sobre alguns dos seus membros; e por consequencia não pôde approvar a proposta.

O sr. Mello Soares:—depois que ouviu um dos membros da comissão de guerra, e depois da declaração do sr. Moraes Carvalho, por parte da comissão de administração publica, e attendendo á urgencia do negocio, com quanto não deseje que o principio fique estabelecido em regra, não duvida approvar a proposta.

O sr. Telles de Vasconcellos:—requer que a materia se julgue discutida.

Julga-se discutida, e em seguida é approvada a proposta.

O sr. Coelho do Amaral:—tendo pedido que lhe ficasse reservada a palavra para quando estivesse presente o sr. ministro das obras publicas, mas vendo, com sentimento, que continua a ausencia de s. ex.ª, manda para a mesa uma proposta, assignada por mais alguns srs. deputados que representam os circulos da Beira central. S. ex.ª tem conhecimento especial do objecto de que trata a proposta: ella tende a pedir que s. ex.ª mande proceder aos estudos para a feitura de um ramal de estrada desde a Foz Dão até ao Porto da Raiva.

Todas as transacções commerciaes do porto e praça da Figueira com os mercados da Beira central, especialmente com os mercados de Mangualde e Vizeu, se entretem pelo rio Mondego. Os objectos que aquella parte do paiz exporta, como são os seus vinhos para os mercados do Brazil, são conduzidos á Figueira pelo rio Mondego, e os generos de primeira necessidade de que aquella paiz precisa, como o ferro, o linho, o arroz, o algodão e o bacalhau, são todos transportados pelo rio Mondego; mas este nos mezes de verão não offerece navegação desde o Porto da Raiva até á Foz Dão, e a estrada n'estes dois pontos está tão difficil, que as communicações entre os mercados da Figueira e Monte-mór, ficam interceptadas na parte da Beira por onde se faz o caminho d'esses mercados: a falta de agua do Mondego até á Raiva, n'esses mezes, faz cessar todas as transacções. A proposta pois é, para que a camara recomende ao governo, que attenda á necessidade e urgencia da feitura d'este ramal, e o sr. ministro mande proceder aos estudos necessarios, para que a sua execução seja levada a effeito, com tanta urgencia quanta reclamam as necessidades d'aquelle paiz.

O sr. Gaspar Pereira:—tendo visto no *Diário de Lisboa*, que nos dias 4 e 5 não apparece o seu nome na lista dos srs. deputados que estiveram presentes á sessão, pede que se faça esta rectificação; isto é, que esteve presente á hora da chamada nos dias 4 e 5, e que faltou hontem por motivo justificado.

O sr. Pedro Roberto:—remettendo para a mesa um projecto para revogar o decreto com força de lei de 24 de outubro de 1855, que supprimiu no districto de Angra do Heroismo os concelhos da

O sr. D. José de Alarcão:—envia para a mesa a seguinte proposta:

«Requerio que o projecto que veio da camara dos dignos pares do reino, com relação á prohibição das corridas de touros, seja remetido á comissão de agricultura, para sobre elle dar o seu parecer.»

É approvada.

O sr. Ferrer:—tem ouvido dizer aos srs. ministros, que desejam governar de accordo com a camara; pela sua parte, sem apreciar agora essa doutrina debaixo do ponto de vista constitucional, aceita a porque lhe serve para o seu argumento.

Ha muitos dias que deseja fazer algumas perguntas ao sr. ministro do reino, mas não tem sido possível porque s. ex.ª não apparece na primeira parte da ordem do dia, e por isso não tem remedio senão dizer algumas palavras, que tencionava proferir na sua presença, e que s. ex.ª verá do *Diário de Lisboa*, ainda que o extracto não é tão extenso como devia ser.

Este ministerio escreveu no rotulo da sua bandeira—uma iniciativa fecunda, um movimento rapido, uma actividade positiva—e com effeito os srs. ministros da fazenda e da justiça tem dado uma prova d'isso, porque tem apresentado muitos projectos, mas o sr. ministro do reino nem um; e descejava perguntar a s. ex.ª se tencionava apresentar algumas medidas sobre instrução publica, porque tem tido tempo sufficiente para estudar esta questão, e hoje mais facilmente, visto achar-se o conselho de instrução publica em Lisboa.

Deseja perguntar a s. ex.ª se tencionava apresentar algumas providencias sobre administração publica, porque todos reconhecem a necessidade de ser reformada esta parte da machina social. E deseja tambem saber se tencionava apresentar alguma providencia sobre emigração, que é um negocio gravissimo.

Finalmente, deseja saber se o sr. ministro sobre outros objectos importantes tencionava apresentar alguma cousa que justifique essa iniciativa rasgada e fecunda, annunciada pelo ministerio.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—não sabe onde o nobre deputado, seu amigo e antigo mestre, viu escripto em cima ou em baixo da bandeira ministerial o rotulo a que se referiu, mas appella para a lealdade de s. ex.ª, para a sua memoria e para a de todos que pertenciam á camara que fôra dissolvida, quando o governo aqui se apresentou, para que diga qual foi o programma que fez esta administração. O governo não fez programma, nem prometteu grandes iniciativas, nem fez promessas de qualquer ordem (apoiados); o programma foi o mais modesto de todos os programas que aqui se tem feito, porque foi simplesmente prometter que o governo havia de observar as leis. O que não era mais do que um dever, e pediu que esperassem pelos seus actos, e como o governo tem desempenhado, não o seu programma, mas o seu dever, é ao parlamento e á opinião publica que cumpre apreciar-lo.

Agradece a distincção que o sr. deputado fez a seu respeito, e do seu collega da justiça, por terem apresentado maior numero de propostas de lei, e não é por certo, em consequencia do maior ou menor numero de propostas que o governo apresenta á camara, que se pôde apreciar a sua iniciativa, mas sobre os assumptos que ellas versam, pela maior ou menor urgencia d'esses assumptos, e pela utilidade das medidas que se propõem (apoiados), e não era por certo possível resolver de repente todos os problemas administrativos, cuja execução é necessaria para o bom andamento da causa publica. Mas não tem esquecido ao governo preparar trabalhos para os apresentar á camara com a brevidade possível, a fim de regular o estado das cousas publicas, e pôde assegurar ao illustre deputado que os objectos a que s. ex.ª alludiu não têm sido descurados pelo governo, e que o seu illustre collega do reino t m ácerca d'elles preparado trabalhos, especialmente em quanto á instrução publica.

Em quanto á organização do conselho geral de instrução publica, julga que não se discute agora; está organizado como a lei o organisou, e como os poderes competentes entenderam que devia ser organizado.

Em quanto aos ministros não estarem presentes todos os dias no principio da sessão, lembra que ainda hontem aqui esteve elle, orador, assim como o sr. ministro do reino, e se acaso não era tão assido no principio da sessão, é porque outros objectos do serviço publico fóra da camara tambem prendem a sua attenção.

O sr. Freitas Soares:—manda para a mesa uma representação das freiras Claras da Villa do Conde, pedindo que a camara dos srs. deputados não approve a idéa do governo sobre a desamortisação dos bens das ordens religiosas; e pedindo ao mesmo tempo que sejam admittidas as profissões.

O sr. D. Rodrigo de Menezes:—chama a attenção da comissão de fazenda sobre um requerimento de varias pensionistas de monte pio do estado, que lhe foi remetido, e no qual pedem que se lhes dê o monte pio por inteiro.

Estas infelizes senhoras tem-no procurado por vezes, queixando-se de que este requerimento existe na comissão ha mais de um anno, e que se lhes não tem dado despacho.

Crê que este requerimento deve existir na comissão; ou se existir na secretaria pede ao sr. presidente que tenha a bondade de dar as suas ordens, a fim de ser remettido á comissão de fazenda para se lhe dar um despacho qualquer.

Por esta occasião pede tambem á illustre comissão de fazenda, que haja por bem dar parecer sobre o projecto que apresentou para se terem em consideração os empregados antigos, que tinham carta de serventia vitalicia, mas que não tinham ordenado determinado por lei, e são as ultimas victimas que andam por ali esmolando sem que ainda se lhes fizesse justiça. Na sessão passada esse parecer esteve dado para ordem do dia, mas não se chegou a discutir.

Pede perdão ao seu amigo o sr. Ferrer para render um testemunho a favor da tachygraphia d'esta casa. Foi opposição muito tempo e hoje não sabe o que é, mas nunca teve razão de queixa da imparcialidade dos tachygraphs, mas do que tem a queixar-se é do systema que está em pratica, e que dá lugar ás irregularidades que se notam; e que nascem principalmente de haver duas publicações das sessões ao mesmo tempo, o que não podia ser um trabalho perfeito, e por isso pede que quanto antes se tomem providencias a este respeito.

ORDEN DO DIA

CONTINUAÇÃO DA DISCUSSÃO NA GENERALIDADE DO PROJECTO DE LEI N.º 22

ser necessário para dar expediente aos encargos que vão pesar sobre elles. Por muito que façam não o podem conseguir.

Conclue votando contra a generalidade do projecto, porque não tem certeza de que o governo pelo seja aprovado; porque entende que os estes promotores alterou a disposição em que estes projectos tinham sido apresentados á camara inventu a marcha regular da discussão; porque primeiro a camara discutisse o projecto sobre o bill de indemnidade, sobre o modo porque o governo geriu a nidade, publico, não só por ser este o que o governo classificou em primeiro lugar, quando apresentou á camara todas estas propostas, mas porque, devendo o que está em discussão começar a ter vigor para 1861, o primeiro apresentado pelo governo sobre o bill de indemnidade é relativo a medidas tomadas pelo governo que findam no fim do actual anno economico. E sabe a camara o que ha de acontecer? E que quando tivermos de discutir o projecto n.º 20, que estabelece disposições para o passado e para o futuro, desaparecendo o anno economico, acabaram, e depois havemos ouvir dizer que são factos consummados.

Alem d'isto parecia-lhe necessario que antes de se votar ao governo qualquer medida importante, que possesse significar de alguma maneira confiança no sr. ministro, que elle, na presença de uma proposta em que pede á camara um bill de indemnidade pela falta de cumprimento das leis, mostrasse á camara que o modo por que procedeu na gerencia dos negocios da repartição a seu cargo foi tão regular e tão conforme com as circumstancias, que a camara, em vista d'isso, não só lhe votasse o bill de indemnidade, mas lhe continuasse a sua confiança. (Vozes:—muito bem).

O sr. Visconde de Portocarrero:—participa á camara que a deputação nomeada para apresentar a Sua Magestade o autographo do decreto das cortes, concedendo á viuva do nobre duque da Terceira uma pensão, cumpriu a sua missão sendo recebida por Sua Magestade com a sua costumada benevolencia.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—Espera tomar muito pouco tempo á camara, porque seguindo as observações do illustre deputado que o precedem com a attenção devida ao seu talento e merecimento, não teve a fortuna de poder ouvir no seu discurso, aliás brilhante, uma séria argumentação contra o projecto.

O illustre deputado depois de ter dito que o projecto devia ser avaliado pela utilidade ou não utilidade das suas disposições, esqueceu-se d'esta declaração, transviou-se d'este caminho, entrou em uma senda diversa, e achou como motivo para que o projecto fosse rejeitado o inscrever-se n'elle n.º 4, havendo outro n.º 1, que na opinião do illustre deputado devia discutir-se primeiro! Parece-lhe que n'este caso pôde também empregar a mesma phrase do illustre deputado de que, quem apresenta argumentos d'estes para combater o projecto, é porque não tem outros melhores.

O projecto n.º 1 é o que diz respeito á gerencia do ministerio da fazenda, e no qual o governo pede um bill de indemnidade por ter desviado certas sommas da sua legal applicação, mal que não provém d'este governo, mas também dos anteriores, e do qual se não pôde envergonhar, nem os seus antecessores, porque foi a força das circumstancias que os levou a assim procederem, e o bill de indemnidade é para releva o governo de se ter desviado do caminho legal de que a necessidade o fez sair.

Depois d'isto entrou o illustre deputado a apreciar em geral quaes tinham sido os motivos porque o governo tinha applicado a sua attenção, antes para o augmento da contribuição directa (e logo provará que n'este projecto não se trata de augmentar a contribuição directa) do que para os impostos indirectos, e viu com assombro trazer o illustre deputado para aqui o facto do maior rendimento que tinha produzido a contribuição directa no anno passado, não podendo entender qual era a conclusão que queria tirar d'este facto, porque não sabe a que vinha isto a proposito para o projecto que se discute!

De que se trata aqui? De melhorar as bases da distribuição do imposto, unicamente, e não de augmentar o imposto. O que tem isto com a maior cobrança que se realizou no ultimo anno proveniente d'este imposto? Pois ignora o illustre deputado que no systema de repartição o imposto só é lançado pela quantia e distribuição votada pelo parlamento? Pôde a cobrança ser mais ou menos perfeita, podem haver rendas atrasadas, receberem-se e augmentar assim a receita do anno, mas a somma total do imposto é a que a camara vota, e não pôde ser alterada pelo governo. Perguntou o illustre deputado qual foi a razão porque o governo se não applicou antes á reforma dos impostos indirectos. Como entende o illustre deputado a reforma dos impostos indirectos? O illustre deputado censura o augmento do imposto indirecto por meio das addicionaes, que não é obra da administração actual, e ninguém desconhece que o augmento indistinctamente lançado sobre os impostos indirectos, não é um bom principio.

Quer o sr. deputado a reforma do imposto indirecto no sentido de o tornar mais productivo? O governo não se recusa a entrar n'esse caminho; mas em todos os paizes, onde se tem entrado em reformas d'esta ordem, procura-se primeiro ter montada a machina dos impostos directos, de maneira que se possa occorrer ao desfale que muitas vezes essas reformas produzem.

O sr. deputado considerou ainda o projecto de baixo de outro ponto de vista inexacto, dizendo que por elle se pretendia augmentar a contribuição predial. Declara que o projecto tende para estabelecer a estabelecer bases para uma melhor distribuição da contribuição predial. Se o illustre deputado lhe pergunta a sua opinião particular a respeito do rendimento d'esta contribuição entre nós, não tem duvida em lhe dizer com toda a franqueza que entende que em geral a contribuição predial não rende aquillo que deveria render; mas também tem a convicção de que no estado actual d'esta contribuição, como ella se acha distribuída, com as desigualdades que se dão, que derivam, não do defeito do systema, mas do systema não ter bastante força para corrigir os defeitos anteriores, não era possível, não era justo, não era conveniente, li pedir á propriedade um augmento de contribuição sem se empregarem os meios possíveis para tornar melhor e mais equitativa a distribuição. O que se deve procurar fazer é distribuir melhor o imposto, alcançar meios para avaliar melhor o rendimento, e se depois os factos provarem que a propriedade não paga aquillo que deve pagar em vista das necessidades publicas, e ao mesmo tempo se mostrar a necessidade de augmentar o imposto, então o parlamento pedirá á propriedade aquillo que as necessidades publicas exigirem, havendo já bases para se fazer uma melhor distribuição.

Diz-se que as disposições do projecto não são bastantes garantias para a melhor distribuição do imposto. Também acredita que não bastam as disposições do projecto. O governo não confia exclusivamente nas disposições do projecto para que a distribuição da contribuição possa ser perfeita; mas confia n'ellas como meio que deve tender a este fim. Alem d'este projecto já estão propostas outras medidas pelo governo, e ainda poderá propor outras que não devem ser menos efficazes para o mesmo fim. Por exemplo, o registro dos encargos prediaes,

que tem sido em toda a parte o meio de se poderem aperfeiçoar as avaliações do rendimento sobre que o imposto recae, embora o seu intuito pertença mais á ordem economica; e por outro lado o governo propõe também o serviço de inspecção no que respecta a contribuições, que é um dos meios que o governo tem de exercer a sua acção sobre os funcionarios inferiores e conseguir um melhor serviço.

Parte-se de uma falsa supposição quando se queira contrapor aos interesses do estado os interesses do contribuinte; essa antinomia não existe, nem deve existir. Não ha interesses oppostos entre os do estado e os verdadeiros interesses do contribuinte. O estado não é mais do que a associação politica dos individuos, necessaria e indispensavel para prestar a esses mesmos individuos a segurança, as garantias do progresso material e moral. E nos paizes constitucionaes onde existem as garantias de publicidade, onde a acção do governo é limitada pela acção do parlamento, não pôde de modo algum estabelecer-se semelhante antinomia; o que é necessario é dar aos funcionarios acção para lhes exigir responsabilidade, e isto responde á objecção que se tem feito a respeito da maior acção que se dá aos escriptes de fazenda. Effectivamente hoje os escriptes de fazenda de facto são os que fazem todo este serviço, mas como a lei o incumba a uma corporação de que elles apenas são membros, encobrem a sua responsabilidade atraz d'essa corporação, e isto é um grande inconveniente; a responsabilidade não se pôde exigir quando se nega ou tollie a acção.

O governo não teve em vista excluir o contribuinte das juntas de repartição; teve unicamente em vista limitar a sua acção. As juntas actuaes são compostas do administrador do concelho, do escripto de fazenda, e de tres proprietarios, dois nomeados pela camara municipal, e um pelo governador civil; a unica alteração que se propõe consiste em substituir o proprietario nomeado pelo governador civil pelo delegado ou sub-delegado, que, no seu entender, dá maiores garantias na composição d'esta corporação. Alem de que as juntas de lançamento para outras contribuições, a industrial, por exemplo, pela legislação actual são exclusivamente compostas de empregados publicos, não entra n'ellas o elemento contribuinte; e, pelo contrario, nas juntas de lançamento da contribuição predial, o elemento contribuinte é predominante; são estas anomalias que o governo pretende acabar.

Tambem se tem alludido aos recursos. Não deixará de manifestar a convicção que tem de que os conselhos de districto, pela sua composição e tendências; não são as corporações mais convenientes para conhecerem de materia de contribuições. O conselho de districto está longe do contribuinte para poder bem apreciar a materia de facto, se a propriedade foi bem ou mal avaliada, se o seu rendimento é maior ou menor. Elle tem de se referir sempre a informações que lhe dão de vir da localidade e dos mesmos funcionarios que entram na composição da junta de repartição. Para avaliar a materia de direito também lhe parece que o conselho de districto não é o mais competente, nem para dar maior garantia de execução. Foi por isso que se estabeleceu na propria localidade, proximo ao contribuinte, o recurso para as juntas de repartidores, onde a materia pôde ser examinada e decidida com conhecimento de causa, e se reservou para o conselho d'estado o recurso em materia de direito. E não se augmentam as attribuições do conselho d'estado commettendo-lhe este recurso, porque já existia; o que o projecto suprime é o recurso para o conselho de districto.

O sr. Ferrer pretendia ver um fim occulto nos recursos extraordinarios que o projecto estabelece á fazenda nacional, aquelles que tem direito a restituição, e aos contribuintes que forem collectados sem fundamento para o serem; mas s. ex.ª não teve em vista a legislação actual que estabelece já esses recursos em favor do contribuinte, e o projecto não faz mais do que amplia-los ainda mais em favor do contribuinte.

O sr. Monteiro Castello Branco:—tem-se dito que o projecto tem em vista estabelecer bases para melhorar a distribuição da contribuição de repartição, e não augmentar esta contribuição; mas que elle tem tendencias para esse augmento é innegavel, não só pelas razões que têm sido apresentadas, mas mesmo porque estabelecendo o decreto de 31 de dezembro de 1852, no artigo 3.º, que o contingente distribuido a cada concelho nunca poderá exceder a percentagem dos impostos extinctos, e por consequencia não pôde a contribuição predial exceder a totalidade d'esses impostos, é justamente este um dos artigos que o projecto em discussão deroga. Mas suppondo mesmo que o projecto só tem em vista melhorar a distribuição da contribuição predial, n'este mesmo ponto não só não é preferivel ao systema estabelecido no decreto de 31 de dezembro, mas deixa o proprietario sem protecção, e por consequencia mais nas circumstancias de poder ser prejudicado.

Pelo decreto de 31 de dezembro de 1852 as matrizes eram feitas pela junta dos repartidores, composta do administrador do concelho, escripto de fazenda e tres proprietarios, sendo um d'elles nomeado pelo governador civil do districto. Reconheceu-se que este meio era inefficaz, porque devendo as matrizes predias ser a expressão do verdadeiro valor do rendimento liquido das propriedades, não havia verdade n'ellas, o que já o sr. relator da commissão attribuiu ás autoridades, e elle, orador, diz que resulta mais da lei do que das autoridades. N'esta parte o projecto em discussão não remedia em coisa alguma o defeito que houve em vista remediar com elle, por quanto ficando o escripto de fazenda com os informadores louvados, que não têm voto decisivo, encarregado da confecção da matriz, é só sobre elle que recae a responsabilidade, quando de certo não tem os conhecimentos e a pratica precisos para poder dar o valor á propriedade. Por este meio o resultado ha de ser o mesmo.

É necessario estabelecer a igualdade do rendimento liquido entre todas as freguezias e propriedades do mesmo concelho, e também entre todos os concelhos que constituem o paiz, porque só assim se pôde conseguir a verdadeira igualdade determinada pela carta constitucional, com relação a todos os cidadãos. Mas se as pessoas que constituem estas juntas de repartidores forem só de dentro do concelho, cuja matriz predial se faz, não se consegue, e portanto é necessario que sejam formadas por pessoas, em parte, exteriores ao concelho.

Já se vê que os mesmos defeitos que se davam no decreto de 31 de dezembro de 1852, se encontram na lei que se discute, com quanto haja diferença na constituição da junta dos repartidores, que conviria que fosse constituída segundo o systema adoptado em França, do qual havia de resultar a igualdade reclamada, e a que o sr. ministro da fazenda quer chegar, e a camara com elle, e o paiz com a camara.

Parece-lhe que a junta assim constituída daria mais algumas garantias da perfeição da matriz, e que este trabalho lhe devia ser conferido de preferencia ao escripto de fazenda, porque este não possui os conhecimentos necessarios para decidir no caso de empate entre os informadores louvados.

E ha uma contradicção, a par de outras, no parecer da commissão, entre a disposição do artigo 2.º e o que a commissão diz no relatório; por quanto, se é principio juridico, como ninguém contesta, o não poder ninguém ser juiz em causa propria,

o não poder ser juiz n'ella aquelle que mais interesses tem, e se a commissão entende que a junta de repartidores não deve ser constituída de proprietarios, contradiz-se no artigo 2.º do projecto, uma vez que ali estabelece que a junta ha de ser composta ainda de dois proprietarios e de tres empregados de confiança. Era melhor não ter estabelecido o principio para immediatamente o atacar.

Por outro lado apparecendo n'esta junta o administrador do concelho, o escripto de fazenda e o sub-delegado, como todos estes homens são representantes do fisco, que é um ente moral que tem interesses na fiscalização de fazenda, estão em opposição contra o elemento proprietario. E não se diga que esses empregados não recebem real, porque interessam no augmento da contribuição, e em promover a sua melhor cobrança, até por causa dos emolumentos que recebem.

Ha ainda outra contradicção. Se é verdadeiro o principio de que ninguém pôde ser juiz em causa propria, quaes são as pessoas que não de avaliar as propriedades d'esses proprietarios e do administrador, do escripto e sub-delegado, que podem ser proprietarios no mesmo concelho, e que entram na constituição da junta dos repartidores? Quem ha de conhecer o rendimento liquido das propriedades d'elles, para o inscrever na matriz? Não de ser as mesmas pessoas, os mesmos proprietarios, o mesmo administrador, o mesmo escripto, o mesmo sub-delegado. De maneira, que elles vão ser juizes e parties ao mesmo tempo, sendo os mais interessados em diminuir os valores das suas propriedades para pagarem menos. Podia-se pois eliminar da lei esta disposição, dando-se attribuições á camara municipal, para que fosse ella que desse os valores ás propriedades dos membros da junta na matriz; e seria o mais acertado, estabelecendo-se também um recurso qualquer.

Portanto parece-lhe que a commissão caiu em tres contradicções.

O sr. ministro em defeito do projecto combatu a opinião d'aquelles que querem que o recurso vá para a camara de districto. S. ex.ª disse que o conselho de districto está longe em relação a todos os contribuintes do mesmo districto que quizerem recorrer; mas a elle orador, parece-lhe que este argumento não pôde colher, porque mais longe está o conselho d'estado, não só em relação a um districto, mas a todos os districtos do reino, e o conselho de districto tem mais conhecimento local do que o conselho d'estado, e então é aquelle o mais competente para decidir d'estas questões.

Mas o sr. ministro havia dito mais que o conselho de districto não é o mais competente para conhecer das questões de direito: não entende que s. ex.ª esteja autorisado para avançar semelhante proposição. Não sabe como se possa dizer que um conselho de districto não é competente para tomar conhecimento de questões de direito: não se accusa assim uma instituição que tem dado tão boas provas em contrario tanto em França como entre nós mesmos. Na sua opinião o conselho de districto é uma instituição muito importante, e não se pôde de maneira alguma considerar tão destituida de competência como o sr. ministro pensou.

Mas se a instituição é má, reorganise-se, e se é inutil, acabe-se com ella: agora se ella serve, e se está encarregada de decidir negocios importantes, não venha lançar-se sobre ella uma suspeita infundada sem offensiva.

Um illustre deputado occupou-se da questão dos prazos para os recursos, e entendeu que era conveniente estabelece-los na lei; e um outro sr. deputado disse que a fixação dos prazos é objecto que pertence ao poder executivo, e que então ficava para os regulamentos. Com quanto a fixação dos prazos deva ir nos regulamentos, contudo, não vê inconveniente e antes grande vantagem em que elles vão fixados na lei. Estes recursos importam direitos e obrigações, e havendo direitos e obrigações, esses devem ser fixados na lei, e não nos regulamentos.

Não falla no recurso para o governo, porque em quanto a si o mal não está tanto em acrescentar este recurso, como está em retirar o recurso que o decreto de 31 de dezembro tinha estabelecido a favor dos contribuintes: aqui é que está o mal. Por tanto, em quanto ao recurso para o governo, admitto-o conforme está, com tanto que haja o recurso para o conselho de districto, e que a junta dos repartidores seja organizada de modo que o elemento popular não esteja tão fracamente representado.

Vozes:—muito bem, muito bem.

O sr. Pinto Coelho:—vota pelo projecto na sua generalidade, e diverge dos seus collegas que têm apreciado o projecto no sentido de se não poder aprovar, porque entende que todas as razões que se têm apresentado podem mover alterações na especialidade, e não podem nem devem motivar a rejeição na generalidade.

O ponto a discutir é se as matrizes predias que actualmente existem estão ou não bem feitas. Para os que entendem que não estão bem feitas, ou que carecem de emenda, é necessario que se vote a lei; para os que entendem que estão bem feitas, a lei é escusada. Elle, orador, está convencido de que as matrizes na sua generalidade contém grandissimas desigualdades, e por isso vota pelo projecto para que sejam emendadas, mas nem por isso vota por que todos os artigos do projecto devam ser approvados, e reserva-se para na discussão da especialidade propor as alterações que entenda dever apresentar.

Approva, pois, o projecto na generalidade, porque conhece que as matrizes estão mal feitas e carecem de importantes emendas, e quando se passar á discussão especial, tratará de apresentar as propostas que entender convenientes a este respeito, e todas tendentes a fazer desaparecer, o mais possível, a desigualdade que actualmente existe na repartição d'esta contribuição.

Estima muito que este ministerio não viesse propor, como outros o tem feito, que se conservassem as matrizes actuaes, que queira que se comecem a fazer de novo, segundo as disposições e condições que forem adoptadas. Vota pelo projecto na generalidade.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—manda para a mesa um parecer da commissão de obras publicas.

O sr. Affonso Botelho:—parece-lhe uma grande temeridade tomar a palavra sobre uma materia para tratar a qual, são precisos muitos conhecimentos juridicos e especiaes, mas apresentará á camara as reflexões que lhe occorrem, filhas da sua intima convicção; e estimará convencer a camara d'aquillo de que elle e os seus constituintes estão convencidos.

Mau grado seu, não vem apoiar o governo n'esta questão, e espera que lhe façam a justiça de acreditar que não é nem opposição politica nem systematica, que o leva a tomar a palavra n'esta questão, para impugnar o projecto em discussão.

Todos os paizes, qualquer que seja o seu estado feliz ou desgraçado, em que se achem, tem direito a que os governos que dirigem os seus destinos, façam tudo quanto podem para governarem bem e melhorarem cada vez mais as condições dos povos.

Ha muitos annos que ouve dizer que o paiz, pelo lado financeiro, está mau; tem sido em nome das finanças que se lhe tem pedido grandes sacrificios, lançando-lhe novos tributos, mas estes sacrificios, este dinheiro que se tem pedido ao povo, em nome da organização da fazenda, tem dado em resultado ficar cada anno a fazenda complicada, e entre tanto sobrecarregada com os mesmos onus,

que se votaram com o fim de melhorar a fazenda publica: é este o circulo vicioso em que se tem girado ha muitos annos.

É reconhecido por todos os campos politicos que temos marchado mal, e contudo vamos marchando agora no mesmo terreno em que temos marchado até aqui: sempre pedindo dinheiro ao povo, e sempre para o mesmo fim.

Não é d'este modo d'aquelle governo que vem esta triste situação, o mal é antigo, o mal vem de longe, e o que é peor é que em vez de se lhe ter applicado um remedio efficaz, se tem aggravado todos os annos.

Tivemos a invasão franceza que obrigou a familia real a retirar-se do reino, acompanhada de uma grande parte da riqueza publica, e grande parte também da riqueza particular. Essa invasão lançou sobre Portugal uma contribuição de guerra com que elle não podia; roubou as riquezas dos nossos templos, e trouxe a guerra que nos cobriu de gloria e nos empobreceu. Veiu depois o tratado de 1810 feito com a Inglaterra, que destruiu as nossas industrias, e precipitou a emancipação do Brazil, a qual não devia ser feita por influencias estrangeiras, mas sob as influencias e interesses dos dois povos irmãos.

Era natural que, depois de tantos e tão grandes acontecimentos, a nação se organisasse debaixo de melhores condições nos diversos ramos da publica administração, mas infelizmente não aconteceu assim: o estado politico, administrativo e financeiro continuou como até ali; nada se organizou em ordem a collocar o paiz em melhores condições.

A estes grandes acontecimentos seguiu-se uma revolução que mudou a face do mundo, e nós quinhannos a nossa parte.

Todas as revoluções, qualquer que seja o fim a que se dirigem, os seus resultados principiam sempre pela desorganização das finanças do paiz onde ellas tem lugar, e trazem as necessidades inherentes a estes grandes acontecimentos.

Os governos que sobrevivem a taes movimentos não têm, como era preciso, a força sufficiente para chamar novamente a sociedade a reunir-se dentro dos verdadeiros e justos limites, fazendo sacrificios para obter uma regular e conveniente organização fundada na justiça e na imparcialidade; e toda a organização que não tem estas duas condições por base dá infelizes resultados.

Ha muito tempo que o cancro, que nos tem corroído, é as nossas finanças.

O nosso principal pensamento politico é a precipitação.

Temos tantos funcionarios como as primeiras nações da Europa; temos tribunaes; temos, enfim, um pessoal de funcionarios publicos maior que o imperio da Russia; e todos os dias estamos repetindo os erros das revoluções, creando nichos para os protectores e protegidos; fazendo reformas, não para proteger o povo, mas para accommodar afilhados (apoiados).

O resultado de todas as organizações que se têm feito, é termos mais gente para servir do que aquelles que têm de ser servidos; e, se se contar o numero dos servidores e o dos servidos, o numero é quasi identico.

Em quanto o estado pedir mais dinheiro ao povo para ser empregado do mesmo modo porque o tem sido até aqui; em quanto o estado não dê ao povo demonstração alguma em sentido diverso do que se tem seguido até aqui, o povo não acredita que o dinheiro que se lhe pede a mais seja para melhoramentos materias; porque elle vê mais melhoramentos pessoas do que melhoramentos publicos (apoiados). Esta é a razão porque o povo tem repugnancia em satisfazer aos novos encargos que se lhe querem impor a titulo de ser para melhoramentos publicos.

Embora se diga que vamos bem, não é assim, e os factos fallam mais alto. A decadencia dos rendimentos publicos é muito grande.

O mais importante rendimento publico, o rendimento vinicola, está perdido.

Falta pão para o povo, e a prova está na admisión de cereaes estrangeiros.

Falta o elemento necessario para o nosso mais importante commercio, o do vinho.

E é n'estas circumstancias que desembaraçadamente vamos augmentar a despesa, fazer reformas escusadas e dispendiosas, e pedir novos sacrificios ao povo! Não pôde haver occasião menos propria para ir lançar uma rede de tributos; e para isso permitir ao fisco que abra as portas dos contribuintes, que se intrometa nos segredos das familias, e entre os direitos de irmão para irmão, etc.

Não espera nada das medidas propostas a bem dos povos, porque nada tem obtido das medidas passadas, que com o mesmo pretexto tem sido votadas.

Não lhe importa ficarmos o governo por causa do povo, nem mal com o povo por causa do governo, ha de dizer a verdade toda, e declarar francamente á camara quaes são os seus desejos e os dos seus constituintes.

Assusta-o o systema de se estar pedindo constantemente novos tributos ao povo. N'este anno exigem-se-lhe enormes sacrificios, para o anno pedir-se-lhe a camisa. Desça muito, e primeiro que tudo, a felicidade do seu paiz. Quer que o paiz tenha caminhos de ferro, finalmente todos os melhoramentos, mas a questão está no modo, quando, e como quer caminhos de ferro, mas se o obrigarem a ir para o caminho de ferro sem casaca, declara que não gosta porque lhe fará muito incommodo (riso).

O primeiro ensaio da contribuição de repartição, foi feito na administração do sr. conde de Thomar, e foi a guarda avançada da Maria da Fonte, que fez verter muito sangue portuguez, e a final este systema de contribuição não teve logar.

O segundo ensaio poz em susto todo o paiz, e fez nascer as queixas dos 60.000 peticionarios que estão nos invalidos (apoiados).

Hoje o ensaio renova-se mais desenvolvidamente, abrindo uma guerra entre o povo e o governo, maneatando ao seu carro a vida e a propriedade dos contribuintes, attento o elemento governativo que se dá na distribuição dos tributos.

Estima que os resultados d'este novo ensaio, assim desenvolvido, sejam os que o governo deseja; mas não tem esperança d'isso, porque regula o futuro pelo passado, e por isso espera que para o anno venham pedir novos tributos ao povo.

Fazendo referencia a algumas reformas que entende conveniente fazerem-se, observa que nenhuma reforma lhe parece possível sem que tenha por base o melhoramento dos costumes publicos.

Crê que o governo deve começar por prevenir a corrupção eleitoral, pois que essa corrupção tem sido a principal base e unica alavanca que tem desmoralizado completamente os povos.

Como desse a hora fica com a palavra reservada para amanhã.

O sr. Alves Martins:—observa que tinha pedido a palavra para dirigir uma pergunta ao governo antes de se fechar a sessão (Vozes:—não pôde ser; outras:—falle, falle).

O sr. Presidente:—nota que, segundo o estilo da casa, não pôde dar a palavra a nenhum sr. deputado quando outro ainda está fallando, ou continuando com a palavra para a sessão seguinte (apoiados); isto não é querer negar a palavra ao sr. Alves Martins, é dizer o que se costuma praticar. Entretanto não tem duvida alguma em consultar a ca-

mara sobre se se consente que o sr. deputado use agora da palavra (Vozes:—nada, nada; a sessão não está prorrogada).

O sr. Alves Martins:—não quer interromper a ordem dos trabalhos, nem alterar os estylos da casa, por isso não insiste em fallar agora, pedindo contudo que lhe fique reservada a palavra sobre a ordem para a sessão de amanhã (apoiados).

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da que vinha para hoje, e levanta a sessão. —Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiveram presentes na sessão de 11 de maio á chamada um quarto depois do meio dia

Afonso Botelho, Cancellia, Moraes Carvalho, Lacerda (Antonio), Eleuterio, Antonio Feio, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Henriques Secco, Couto Monteiro, Pequeto, Pinheiro Osorio, Roballo de Azevedo, Santos Lessa, Telles de Vasconcellos, Vaz da Fonseca, Aristides, Zeferino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, conde da Torre, Custodio Rebelo, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Mousinho de Albuquerque, Philippe Brandão, Bivar, Diogo de Sá, Costa e Silva (Francisco), Pinto Tavares (Francisco), Rodrigues Batalha, Gaspar Pereira, Hermenegildo Blanc, Mello e Minas, Mello Soares, Almeida Pessanha, Castro Portugal, Noronha e Menezes, Mamede, Neutel, Infante Pessanha, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, D. José de Alarcão, José Maria de Abreu, Rojão, Julio Carvalho, Luiz Albano, Camara Leme, Freitas Branco, Pinto Tavares (Luiz), Affonseca, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Pinto Martins, Menezes Pitta, D. Rodrigo de Menezes, Simão de Almeida, Thiago Horta, Ferrer, visconde de Pindella.

NOTICIAS DO REINO

CONTINENTE

Coimbra.—Na correspondencia particular, que d'esta cidade é dirigida ao *Commercio do Porto*, encontram-se as seguintes noticias agricolas com relação áquelle districto:

«As noticias agricolas que temos do districto são muitissimo lisongueiras. As searas vão o melhor possivel, e os lavradores esperam uma colheita abundante, se algum incidente imprevisto l'ha não frustrar. As oliveiras apresentam um aspecto esperançoso e animador. Nos vinhedos da Beira ainda por em quanto não apparece o mal. São estas as informações que hontem tivemos por pessoa competente. O preço do milho em Argail e Coja regulava por 440 réis; pela medida de Midões e Bobadella 500 réis. A carga de azeite anda por 23000 réis.»

Porto.—Verificaram-se hontem, 8, n'esta cidade, diz o *Ecco Popular*, as demonstrações officiaes que é de fazer-se uso para solemnizar a outorga da carta constitucional. As fortalezas deram as salvas do estylo, e as embarcações nacionaes surtas no Douro embandeiraram.

De tarde a guarnição formou no campo da Regeneração.

Toda a tropa apresentou acieo e garbo marcial. O sr. brigadeiro Moniz commandou a parada, e o sr. general Ferreira levantou os vivas a Sua Magestade El-Rei o senhor D. Pedro V, a Sua Magestade El-Rei o senhor D. Fernando e a toda a real familia, bem como á carta constitucional, que foram correspondidos não só pela tropa, mas por muitos cidadãos. A concorrência do povo foi grande.

A noite todas as musicas dos corpos foram tocar á porta do quartel general, indo depois até aos quartéis. Todo o largo da Batalha estava cheio de povo.

Os edificios publicos e algumas casas particulares estavam illuminados.

—No mesmo dia de manhã, escreve o *Commercio do Porto*, teve logar na capella real da Lapa a benção das novas bandeiras de infantaria n.º 5.

Ao sermão seguiu-se a benção, e depois d'esta houve *Te Deum*.

Finda a solemnidade o regimento recolheu ao quartel, e formou em quadrado no campo da parada, do centro do qual o capellão do corpo, o sr. padre Francisco Antonio de Miranda, fez uma pequena allocução, demonstrando o que é para o militar o juramento das bandeiras, e os deveres que este lhe impõe para com os seus chefes e para a patria.

A noite no theatro, que os sargentos construíram no quartel, houve espectáculo dramático, a que assistiram os officiaes do mesmo regimento e suas familias, e bem assim outras pessoas convidadas.

—O jornal acima citado dá as seguintes noticias da exposição de gado bovino, que teve logar no mesmo dia 8 n'aquella cidade, no sitio denominado Campo Grande, e de que também já hoje fallámos.

«Assistiram a esta exposição os srs. Cau da Costa, governador civil interino, visconde de Lagoaça, presidente da camara municipal e administrador do primeiro bairro.

«O jury distribuiu tres premios e tres menções honrosas.

«O primeiro premio foi conferido a Vicente Ferreira Neves, do logar de Villa Cova, da freguezia de Rio Tinto, por uma junta de bois que expoz.

«O segundo a José da Silva Santos, do logar de Gondovinho, da freguezia de Lega do Bailio, por uma junta de bois que apresentou; e o terceiro, também por uma junta de bois, a Manuel Marques de Sá, de S. Christovão de Rio Tinto.

«Receberam menções honrosas:

«Justa Moutinho, vivia, do logar de Villar, concelho de Gondomar; Antonio Alves da Silva Santos Junior, do logar de Gondovinho; e Alfredo Allen, de Campanhã.»

Braga.—Os povos saúdam em toda a parte com phrenetico enthusiasmo a abertura de uma estrada, o estabelecimento de uma linha telegraphica, a desobstrução de uma barra; é porque elles bem sabem que n'isso vae a sua fortuna e a sua prosperidade futura. Cada melhoramento publico que se conclue é uma pagina brilhante que os povos escrevem nos seus annos; e que a imprensa periodica registra com louvor.

Eis aqui a curiosa noticia com que o *Bracharene* de 8 do corrente dá conta da abertura da primeira legoa de estrada d'esta nobre cidade ao Cavado:

«Abriu-se effectivamente hontem á circulação publica a primeira legoa, que principia em Infias e termina ao pé do Cavado. Está muito bem acabada. Foi espantosa a concorrência da gente da cidade e do campo, em toda a sua extensão. Correram por ella todos os trens particulares e de aluguer, desde as tres até ás oito da tarde. Notava-se grande satisfação na gente do povo, especialmente depois que appareceu em Palmeira o digno prelado d'esta archidiocese, que era recebido com repiques, foguetes e flores, ao passo que ia lançando a benção aos transeantes. Em diferentes pontos havia arcos e grinaldas de murta e flores. Domingo foi um dia de festa nacional para Braga e suas immedições. Quinta-feira começam os trabalhos da nova directriz alem do Cavado.»

Elvas.—Por convite do sr. brigadeiro Adriaço Accacio da Silveira Pinto, commandante interino da 7.ª divisão militar, os corpos que formam a guarnição d'esta praça, conforme diz o *Transtagano*, e os destacamentos de engenharia e cavallaria, em

grande uniforme, e sob o commando de seus respectivos chefes, concorreram, pelas onze horas do dia 4 do corrente, ao templo de S. Domingos, a ouvir uma missa de requiem pela alma do falecido marechal do exercito duto da Terceira, a quem os liberais e a nação tanto devem.

Também assistiram a este acto, por convite do mesmo senhor, os officiaes de todas as graduções e classes, existentes n'esta praça, bem como os empregados nas diversas repartições do ministerio da guerra.

—O jornal citado publica as seguintes noticias agricolas:

«Temos informações de que as coarvas vão magnificas por toda a provincia. As oliveiras estão lindas, e se o tempo lhes correr bem haverá grande abundancia de azeite.

«As vinhas também não estão más, e se não forem perseguidas das pragas do pulgão e outras, não deixará de haver com frequencia quem dê, por pouco dinheiro, incommodos á policia.»

ILHAS

Madeira—O correspondente particular do jornal o *Funchalense*, do conchelo de Santa Anna, dá a este jornal, em data de 15 do passado, as seguintes promettedoras noticias agricolas:

«Este mez tem ido humido e frio, n.as as searas vão bem, e as plantações do milho muito adiantadas, porque em consequencia da falta de braços todos se querem prevenir principiando mais cedo. Cada dia se vai sentindo mais a falta de trabalhadores, e muitos trabalhos ficam por fazer, por não haver, na epocha propria, braços que os façam!

«O estado das poucas vinhas que existem é muito animador, ellas vão rebentando bem e trazem muito cachos; as plantações continuam, não em grande escala, porque faltam bacellos, e poucas pessoas podem arriscar grandes sommas, mas todos os que têm terras na beira-mar fazem quanto podem.

«É certo que a Providencia vai moderando as suas iras contra nós, as beixigas vão quasi extintas, as searas vão bem como já disse, as neves foram abundantes e enriqueceram as terras e as fontes, o que nos deixa esperar abundantes aguas no verão.»

—Conforme o jornal que acima citámos, no mez de janeiro ultimo trabalharam nas obras publicas d'este districto 4:157 operarios, no mez de fevereiro 3:028, e no mez de março 4:157.

NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 8 do corrente, e de Paris até 5.

A *Correspondencia de Espana* publica o importante despacho telegraphico que em seguida transcrevemos, e que foi transmitido de Paris para Madrid no dia 7 do corrente:

«O jornal ministerial, *La Patrie*, publica hoje (7) a seguinte nota:

«Acabamos de saber que o general Garibaldi depois de se demittir dos cargos de deputado por Nisa, e de general do exercito piemontez, partiu para a Sicilia á frente de uma expedição armada.

«Procedendo assim, o general Garibaldi collocase á altura de Walker, e o acto de que se torna responsavel fica sujeito á applicação das leis que punem a pirataria. Não é preciso acrescentar que o governo piemontez não approva tal procedimento, que não é só um acto de insubordinação, mas é uma verdadeira traição. Cumpre notar que o navio, a bordo do qual se acha Garibaldi, é conhecido em toda a costa, porque se deram já os signaes d'elle.»

—Alem d'este despacho, os jornaes hespanhoes, recebidos pelo correio de hoje, nenhuns outros publicam.

FRANÇA

O *Moniteur* publica no seu numero de 5 do corrente diferentes decisões importantes do ministro da guerra. A primeira das medidas a que alludimos fixa, para o contingente da classe de 1859, a taxa da prestação individual, que deve ser paga para a exoneração do serviço militar, em 2:300 francos, em vez de 2:000 francos, preço que fora fixado para a classe de 1858.

Não obstante ser augmentada a quantia que devem pagar os mancebos que quizerem exonercar-se do serviço, o novo alistamento dos soldados que tenham já servido no exercito, ou as substituições por via administrativa, serão apenas remuneradas pela quantia de 2:000 francos. Esta differença de 300 francos entre o preço da exoneração paga pelos soldados novos, e a quantia que recebem aquelles que os substituem, pareceu necessaria, aos olhos do governo, para fazer face ás diversas urgencias da caixa da doação do exercito.

O governo explica o augmento do preço da exoneração pela má influencia, que exerceria no recrutamento do exercito o afan com que os mancebos se exonaram do serviço militar. De 16 por cento, que era em 1856 e em 1857, a proporção das exonerações, que já se tinha elevado a 18 por cento em 1858, elevou-se em 1859 a mais de 27 por cento.

ROMA

Ultimamente desembarcaram em Ancona 1:500 irlandezes e 60 officiaes francezes, que vão formar parte do exercito pontificio. São igualmente esperados muitos voluntarios de diversos paizes.

O principe Carlos Chigi, coronel da guarda palatina do papa, pediu licença para tomar parte no exercito activo, e alistou-se como simples soldado n'um regimento de infantaria; facto este que produziu muita sensação em Roma. O principe Chigi tem 20 annos de idade, e é irmão do nuncio da Baviera.

Actualmente está-se augmentando a cavallaria e organisando os sapadores. (El Occidente.)

—O *Pays*, jornal semi-official do governo francez, diz que o exercito francez que está em Roma continua fazendo os seus preparativos de evacuação, á medida que as tropas pontificias se collocam em posições mais convenientes para poderem estabelecer communições com as do rei de Naples, que estão aquarteladas nos Abruzzos.

(La Correspondencia de Espana.)

INGLATERRA

A discussão que ultimamente terminou na camara dos commons, acerca do projecto de reforma, deu lugar a que se pronunciassem alguns discursos dignos de attenção. A discussão versou sobre o numero provavel dos novos electores, sobre o seu grau de intelligencia e de moralidade, sobre as consequencias da sua entrada na vida politica, e, por vezes, foi citado o exemplo dos Estados Unidos e das colonias inglezas da Oceania contra a extensão muito rapida do direito do suffragio. Depois de traduzir diferentes pontos do livro de Tocqueville, *A Democracia na America*, sir Gregory exclamou: «Eis o futuro que eu recio. Ha um anno, eu não teria feito este discurso, porque não tinha, sobre este assumpto, uma convicção tão firme; porém seria indigno de tomar assento n'esta camara, se hesitasse em me explicar hoje francamente, com recio das consequencias que pôde ter para mim esta linguagem. Muito desajazaria que as classes operarias fossem representadas n'esta assembleia, porque é de maior vantagem tanto para nós como para ellas, que os seus negocios sejam discutidos aqui, do que lá fóra. Porém vejo a difficuldade de se estabelecer

o equilibrio entre a propriedade e a intelligencia, de uma parte; e a multidão dos vossos novos electores, da outra. Não desejo que chegue o dia em que um grande corpo eleitoral seja entregue, como na America, á direcção de algumas associações, ou de algumas commissões dirigidas por intrigantes. Não quero ver na Inglaterra, como hoje acontece na America, as pessoas de distincção desviarem-se voluntariamente da vida politica; não quero ver o talento e a eloquencia cedendo o lugar á mediocridade. Não são estas as tradições nem os usos da Inglaterra.» (La Presse.)

NOTICIAS CIENTIFICAS

OBSERVATORIO METEOROLOGICO DO INFANTE D. LUIZ NA ESCOLA POLYTECHNICA

MAIO-11	BAROMETRO (PRESSÃO)	THERMOMETRO (TEMPERATURA)	PSYCHROMETRO (HUMIDADE)	ANEMOMETRO (VENTO)
	Millimetros	Grãos C.	Por 100	Rumos
9 m.	755,52	19,5	78,3	SO.
3 t.	754,87	20,5	72,2	SO.

DIA 10.

Maxima—temperatura.....	20,9 C.
Minima.....	12,5 "
de noite.....	4,5 "
Ozone.....	6,0
Chuva (udometro).....	0,0 Mil.
Evaporação (vaporimetro).....	5,1 "
Altura barometrica correcta.....	
Altitude do barometro 95,1 metros.	
Temperatura á sombra.....	

EXPLORAÇÃO CIENTIFICA AO LAGO DE ARAL

A academia das sciencias de S. Petersburgo tinha encarregado dois jovens sabios de explorar o lago de Aral e as steppes visinhas, debaixo do ponto de vista da zoologia e da botanica.

Os annaes que se publicam em Berlin, com o titulo *Archivos da Russia*, dão-nos sobre esta missão scientifica, hoje concluida, esclarecimentos tão circumstanciados que merecem ser conservados.

O sr. Borschischow estudou a flora das steppes em torno do Aral, e ajuntou perto de novecentos exemplares, entre os quaes trescentas especies de arvores, que crescem em massa nas margens do Syr-Darja. Esta flora é pobre comparativamente á sua extensão, e parece se muito com as da Algeria e do norte do Atlas.

Porém o resultado mais importante da missão d'este botanico foi a descoberta, ao nordeste do lago Aral, de uma vegetação inteiramente oceanica, de um grande numero de especies, mesmo de familias inteiras de plantas que pertencem exclusivamente ao solo do mar, e que não vivem nem nos lagos de agua salgada, nem nos lagos de agua doce.

Alem do seu interesse botanico, esta descoberta tem um mais alto alcance no ponto de vista da geographia, e até da historia, porque confirma de uma maneira quasi indubitavel o facto de que o Aral não é um lago, mas sim o resto de um mar primitivo. Sabia-se já que havia no Aral uma especie de molluscos muito semelhantes aos molluscos que vivem no mar; mas ignorava-se que o fundo do lago possuía uma vegetação propria do oceano. Estes dois factos parecem decidir favoravelmente a questão relativamente á origem do mar Caspio e do lago de Aral, que os antigos consideravam como duas grandes bahias do mar de Gelo. Para tratar porém esta questão, é preciso ultteriores informações.

Quanto ao sr. Sjeverzov, encarregado da parte zoologica, também trouxe um grande numero de materiaes. Esteve porém em risco de morrer, victima do seu ardor pela sciencia; porque, tendo-se afastado para as suas investigações, foi atacado por algumas tribos de ladrões, tendo que defender-se corajosamente, recebendo por essa occasião doze feridas. Levaram-no como captivo; felizmente porém foi resgatado dentro em pouco tempo.

NOTICIAS COMMERCIAES

CAIXA ECONOMICA DE LISBOA

Capital existente no 1.º de abril de 1860.....	43:185:440
De 48 depositantes durante o referido mez.....	4:396:4100
	47:581:8500
(Comprehendem-se no numero dos depositantes 12 novos.)	
Entregue a 28 depositantes no dito mez.....	2:892:8800
Existencia em 30 de abril.....	44:748:7000
Juros pagos no mez supra.....	11:815
Escritorio do monte pio geral, em 7 de maio de 1860.	
—O secretario, João Alfredo Dias.	

Exportação de producto inglez na França

A totalidade das exportações do Reino-Unido na França de 1854 a 1859, comprehendidos os productos e objectos das manufacturas do Reino-Unido, e os das colonias e do estrangeiro, foi, segundo o extracto de uma conta dada ao parlamento, a seguinte:

Em 1854, libras esterlinas.....	6.891:465
» 1855, ditos.....	10.421:881
» 1856, ditos.....	10.471:077
» 1857, ditos.....	11.326:833
» 1858, ditos.....	9.242:201
» 1859, ditos.....	9.254:858
As exportações dos productos nacionaes excedem muito pouco as dos productos estrangeiros e colonias.	
(Daily News.)	

MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA

Dia 11 de maio	
EMBARCAÇÕES ENTRADAS	
Kate, escuna ingleza, capitão E. Hayes, da ilha Terceira em 5 dias, em lastro, a G. A. Hancock & Comp.; 5 pessoas de tripulação.	
Ville de Malaga, paquete francez a vapor, capitão A. Aude, de S. Nazaire em 5 dias e 15 horas, de Vigo em 1 dia e 19 horas, e da barra do Porto em 26 horas, com seda, machinas e mais generos, a H. Juhl; 27 pessoas de tripulação, 1 mala, e 42 passageiros.	
Cortez, hiate portuguez, mestre A. Gavinha, de Caminha em 7 dias, com milho; 5 pessoas de tripulação e 7 passageiros, que são: João Bernardo Grandas com 3 filhos, João Antonio de Araújo, José Fernandes, artistas; João Francisco Alves, trabalhador; portuguezes.	
Nova Esperança, hiate portuguez, mestre A. P. da Luz, de Setubal em 24 horas, com trigo, arroz e mais generos; 5 pessoas de tripulação.	
Flor de Santos, bateira, mestre J. M. de Gouveia, de Setubal em 24 horas, com carvão; 5 pessoas de tripulação.	
Santa Rita, cahique portuguez, mestre T. Nunes, de Olhão em 7 dias, com vinho, azeite e mais generos; 7 pessoas de tripulação e 15 passageiros, que são: Antonio Casimiro da Silveira, João Verissimo Correia, proprietarios; José Lopes com 3 pessoas de familia, negociante; Gaspar da Silva, An-	

tonio Jacob, artistas; Manuel Gonçalves, Joaquim Fernandes, com 1 filho, Joaquim Luiz, maritimos; Anna Thereza, Anna Maria, Maria Duarte; portuguezes.

EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Sophia, barca sueca, capitão J. A. Lofquist, para Setubal, com sal; 14 pessoas de tripulação.

De Maas, galocha hollandeza, capitão W. Post, para Vlaardingen, com sal; 7 pessoas de tripulação.

Senhora do Rosario e Almas, cahique portuguez, mestre A. da Luz, para Peniche, com encomendas; 9 pessoas de tripulação, e 4 passageiros, que são: Bento Fernandes Catana, maritimo; Ignez de Jesus, Carlota Augusta, Maria Gertrudes; portuguezes.

Santa Brizida, cahique portuguez, mestre L. Martins, para Villa Nova de Portimão, com ferro e mais generos; 8 pessoas de tripulação, e 10 passageiros, que são: Manuel Joaquim, artista; Joaquim Ramos, Luiz Vieira Nobre, Antonio Ferreira da Piedade, maritimos; Manuel Gonçalves Buzina, com 3 pessoas de familia, trabalhador; Maria José, com 1 menor; portuguezes.

Maria Camilla, patacho portuguez, capitão J. J. Pereira, para Setubal e Londres, com fructa; 10 pessoas de tripulação.

Espoir, patacho belga, capitão C. Durand, para Pomerom, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Bordo do vapor *Infante D. Luiz*, em frente de Belem, em 11 de maio de 1860.—J. J. Cecilia Kol, capitão tenente, commandante.

TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 11 DE MAIO DE 1860
Serviço das barras
Da foz do Douro, do dia 9
Não entrou nem saiu embarcação alguma.
Saídas—Cahique *Ausente Corpo de Deus*, para Olhão.—Vapor hollandez *Girondo*, para Londres. O mar está bom.—O vento SE., SO., agora O. brando.

Do dia 10

Entradas—Vapor portuguez *Lisboa*, de Lisboa em 16 horas; brigue inglez *Grecian*, de Turim em 19 dias.

Saídas—Portuguezes, barca *Carolina*, para o Rio de Janeiro; hiates *Santa Cruz*, para Lisboa; *Feliz Destino*; rascas *Morreira* e *Salineira*; todos tres para Aveiro.

Fôra da barra não se avista embarcação alguma. O mar está bom.—O vento esteve SE. e SO., agora S. regular.

De Villa do Conde, do dia 7

Entrou o hiate *Novo Viajante*, de Setubal, com sal e arroz.

Do dia 8

Não entrou nem saiu embarcação alguma. N'estes dois dias esteve o mar bom, e vento O.

De Caminha, do dia 9

Entradas—Cahique *Tres Amigos*, em lastro; hiate *Bom Jesus do Monte*, de Vianna do Castello. Mar agitado.—Vento SO.

Do dia 10

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar agitado.—Vento S.

De Aveiro, do dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar agitado.—Vento O.

Da Figueira, do dia 9

Não entrou nem saiu, nem fóra da barra se avista embarcação alguma.

Do dia 10

Entradas—Portuguezes, hiate *Rio Cavado*, de Espozendo, com milho; cahiques *O Que Deus Quizer*, de Peniche, com pescaria; *Conceição* e *Almas*, de Cezimbra; Não saiu, nem fóra da barra se avista embarcação alguma. O mar está agitado.—Vento SO. e OSO. regulares.

Da Ericeira, do dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Vento variavel.—Mar bom.

Do dia 10

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento SO.

De Setubal, do dia 9

Entrou o brigue norueguez *Alroem*, de Lisboa, com sal.

Saídas—Portuguezes, bateira *Joven Margarida*, para Lisboa, com vinho e azeite; barco *Nova Esperança*, para Lisboa, com trigo e arroz. Vento ONO. bonancoso.

Do dia 10

Entrou o hiate portuguez *Senhor dos Passos*, de Lisboa, com varios generos. Saiu a bateira *Flor dos Santos*, para Lisboa, com carvão.

Vento O.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 9

Entrou o hiate *Flor do Guadiana*, de Lisboa em 3 dias, com varios generos.

Não saiu embarcação alguma. Avista-se o cutter de guerra *Ligeiro*.

O mar está bom.—Vento N., agora SO.

Do dia 10

Saiu o hiate *Boa Fortuna*, para Lisboa, em lastro. Avista-se o cutter de guerra *Ligeiro*.

O mar está bom.

De Tavira, do dia 9

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Bom tempo.—Vento SO. regular.

Do dia 10

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Bom tempo.—Vento SE. e agora SO. bonancoso.

Hontem de tarde saiu o cutter de guerra *Ligeiro*, pertencente á esquadilha, guarda costa, d'esta provincia.

De Faro, do dia 9

Não entrou embarcação alguma. Saiu a escuna hollandeza *Pomona*, para Rotterdam, com cortiça.

Bom tempo.—Vento O.

Do dia 10

Não entrou embarcação alguma. Saiu o cahique portuguez *Senhora da Soledade*, para Gibraltar, com pescaria.

Bom tempo.—Vento SE. bonancoso.

De Vianna do Castello, do dia 9

Não entrou embarcação alguma. Saídas—Patacho *Puritimo*, para Cork, com milho; hiate *Bom Jesus do Monte*, para Caminha, com sal, vindo arribado de Aveiro.

De Espozendo saíram, no dia 6, o patacho *Paquete do Minho*, para Lisboa; e o hiate *Rio Cavado*, para a Figueira.

No dia 7 não entrou nem saiu embarcação alguma.

Do dia 10

Entrou a rasca *Primavera*, da Ericeira. Não saiu embarcação alguma.

De Villa Nova de Portimão, do dia 9

Entrou o falucho hespanhol *Virgem das Angustias*, de Ayamonte em 3 dias, em lastro. Não saiu embarcação alguma.

O mar está bom.—Vento variavel.

Do dia 10

Não entrou nem saiu embarcação alguma. Mar bom.—Vento variavel.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 11 de maio de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 11 de maio.—Não houve cotisação.

Bolsa de Paris, em 11 de maio.—3 por cento francez a 70,30—4 1/2 dito a 96,15.

Bolsa de Londres, em 11 de maio.—Consolidados de 95 1/4 a 95 3/4.

AVISOS

CASAS DE ASILIO DA INFANCIA DESVALIDA DE LISBOA

O conselho de direcção d'estes estabelecimentos recebeu dos ill.ºs srs. Bernardo Miguel de Oliveira Borges, Sobrinhos, 200\$000 réis em duas inscripções, com coupons, desde o 2.º semestre de 1860 inclusive, n.ºs 5:327 e 5:328, donativo que os ill.ºs srs. Lima e Irmão, da cidade da Bahia, se dignaram mandar entregar a um estabelecimento pio n'esta cidade, á escolha dos referidos srs. Bernardo Miguel de Oliveira Borges, Sobrinhos.

Lisboa, 11 de maio de 1860.

ALFONDEGA GRANDE DE LISBOA

Continua na quarta-feira 16 do corrente, pelas onze horas da manhã, o leilão de fazendas de algodão e linho, lenços de cambraia, cebo, gomma col, tapioca, couros, enfeites de cabeça de senhora, loiça, bandejas, papel, livros, potassa, vidros, pau para tinta, e varios outros objectos.

MONTE PIO GERAL

O ex.º conselheiro, presidente da assembleia geral, convida a mesma a reunir-se na proxima quarta-feira 16 do corrente, pelas sete e meia horas da tarde, a fim de se continuar a discutir o projecto de reforma dos estatutos.

Sala das sessões, 10 de maio de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DO ESTADO

De ordem do sr. vice-presidente da assembleia geral é convocada a mesma a reunir-se no sabbado 12 do corrente, pelas oito horas da noite, a fim de se tratar de um requerimento, em que um socio pede se lhe conceda um auxilio pecuniario para poder ir gosar dos ares da Madeira; e de outro da viuva de um socio, em que pede se lhe mande pagar a despeza que fez com o funeral de seu marido.

Lisboa e sala da associação, aos 3 de maio de 1860.—F. A. M. de Figueiredo, secretario da mesa.

ASSOCIAÇÃO TYPOGRAPHICA LISBONENSE

De ordem do sr. presidente da assembleia geral é convocada a mesma para se reunir no dia 13 do corrente, pelo meio dia, na sala das suas sessões, rua do Ferregal de Cima.

A mesa espera que os socios da associação typographica compareçam a esta sessão, attendendo não só a que tem logar para um fim muito importante, como também ao grande transtorno que causa a alguns socios que se reúnem, sem que todavia haja numero para a assembleia poder funcionar.

Sala das sessões, 3 de maio de 1860.—O secretario, Francisco de Sousa Pereira.

ASSOCIAÇÃO FRATERNA DE BARBEIROS, AMOLADORES E CABELLEIROS

O sr. presidente da assembleia geral convoca esta para o dia 14 do corrente mez, pelas oito horas da noite; sendo a ordem dos trabalhos a continuação da discussão de diversas propostas.

Lisboa e casa da associação, 9 de maio de 1860.—O 1.º secretario, N. X. da Silva.

ANNUNCIOS

1 D. MARIA JOSÉ FERNANDES, e seu filho Sebastião Antonio da Purificação Fernandes, agradecem a todas as pessoas de sua amizade, que se dignaram parte no desgosto por que acabam de passar com a perda de seu filho e irmão socio Raphael Sebastião Fernandes, e pedem desculpa por qualquer esquecimento involuntario que houvesse na falta de participações, isto devido á grande consternação em que se achavam.

2 JOAQUIM JOSÉ ALVES, e seus filhos Joaquim José Pereira Alves, e sua mulher D. Luiza Adelaide de Saldanha Alves, Julio Hilario Pereira Alves, e Ernesto Frederico Pereira Alves, agradecem cordalmente a todas as pessoas da sua amizade os desvelos e interesse que manifestaram durante a mortal enfermidade de seu sempre chorada esposa e mãe a sr.ª D. Maria Rita de Castro Alves; bem como a todas aquellas que honraram o officio fúnebre da finada com a sua presença.

3 PELO JUIZO DA 1.ª VARA, escrivão Sá, correu editos de dez dias, a requerimento de Manuel de Almeida, como tutor dos menores filhos de Manuel José Rodrigues de Moura, chamando a todas as pessoas que se julgarem com direito a disputar sobre as receitas lançadas a fl. 20